

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES/MS**  
**10 DE ABRIL DE 2025**

1 Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, nas  
2 dependências do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul, situado à Rua 25 de  
3 Dezembro, nº 1231, na cidade de Campo Grande/MS, presentes os seguintes Conselheiros:  
4 **Representantes do Fórum dos Gestores/Prestadores de Serviços do SUS:** Edelma Lene  
5 Peixoto Tibúrcio; Larissa Domingues Castilho de Arruda; André Vinicius Batista Assis.  
6 **Representantes do Fórum dos Trabalhadores em Saúde:** Eliane Souza Duarte; Eleonor de  
7 Jesus Ximenes; Maria José Batista da Silva; Adriana Carlos Muniz; Josimar de Souza Figueiredo;  
8 Ricardo Alexandre Correa Bueno; Eurides Monteiro; Caio Leonedas de Barros; Ivete Alves  
9 Arantes. **Representantes do Fórum dos Usuários do SUS:** Evanílson Campos Gonçalves; Ada  
10 Maria da Cunha Rodrigues Venturini; Marcela Fardin Montenegro; Sebastião de Campos Arinos  
11 Júnior; Cleonice Alves de Albres; Maria Aparecida Palmeira; Francisco Antonio de Souza; Jair  
12 Bezerra Xavier; Edgar Fernando do Nascimento Batista; Dalmo Feitas Barbosa; Josaine de Sousa  
13 Palmieri Oliveira; Lucinda Pedrosa do Rosário; Iara Gutierrez Cuelar; Emilene Maria de Paula;  
14 Maria Antônia Conceição de Souza Kuendig. **Apoio Administrativo do CES:** Álan Deleclodi  
15 Tominaga, Deborah Leny Nascimento Espinoza, DeJane Barbosa de Oliveira, Fernando Alexandre  
16 da Luz dos Santos, Amanda Bartha Fernandes, Izadora Bordignon da Rocha, Aline Maria Dietz e  
17 Neraldo Dall Pogetto. **Secretária Executiva do CES:** Lívia Thaís R. Dutra. O **conselheiro**  
18 **Ricardo Bueno**, conferiu o quórum regimental e declarou aberta a 35ª Reunião Extraordinária do  
19 Colegiado, convocada com pauta única (Pauta nº 182/2025), destinada à apreciação e aprovação  
20 do novo Regimento Interno do CES/MS, em conformidade com a Lei nº 6.217/2024 e o Decreto  
21 nº 16.571/2025. Iniciou saudando os presentes e reiterando que se tratava de reunião extraordinária  
22 com pauta única. Em seguida, concedeu a palavra ao Conselheiro Edgar Batista, que realizou uma  
23 oração, pedindo bênçãos sobre os trabalhos e rogando por harmonia e discernimento nas  
24 deliberações do colegiado. O **Conselheiro Ricardo** informou o recebimento da justificativa de  
25 ausência do Conselheiro João Batista, Hermeto, Maria Mariano, Dr. Maurício, Crhistine e Renato  
26 que apresentaram justificativas devidamente aceitas. Destacou que, por se tratar de um tema que  
27 suscita amplos debates, compreende-se a ausência de alguns conselheiros. Ressaltou que o  
28 conteúdo do Regimento Interno havia sido anteriormente aprovado, restando agora a apreciação  
29 das alterações decorrentes da nova legislação. A conselheira Cleonice foi designada para proceder  
30 à leitura dos destaques referentes às modificações promovidas. A **Conselheira Edelma** solicitou  
31 registro em ata de uma questão relacionada à convocação da presente reunião. Informou que há  
32 um documento, de autoria do Dr. Maurício, questionando os encaminhamentos deliberados na  
33 reunião anterior. Segundo relatou, naquela oportunidade ficou definido que seriam apreciados  
34 tanto o Regimento Interno quanto o Edital de Eleição. Contudo, ao receberem a convocação para  
35 esta reunião, verificaram que apenas os documentos relativos ao Regimento Interno foram  
36 enviados. A conselheira relatou que a Secretaria de Estado de Saúde manifestou preocupação com  
37 o prazo exíguo para o processo eleitoral. Lembrou que, na reunião anterior, ela própria questionou  
38 a viabilidade da discussão sem a existência de uma comissão eleitoral formalizada e sem materiais  
39 de referência. Na ocasião, deliberou-se pela composição da comissão e ficou acordado que haveria  
40 um trabalho prévio, ainda que de forma remota, para que nesta reunião fossem apresentados tanto  
41 o regimento quanto, ao menos, uma minuta do edital. Diante disso, registrou sua preocupação  
42 quanto à ausência de materiais relacionados ao processo eleitoral. Reiterou ainda esclarecimento  
43 anterior prestado pelo Dr. Rômulo, assessor da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), de que o  
44 edital do processo eleitoral independe do Regimento Interno, estando amparado diretamente pelo  
45 decreto. Sendo o decreto a norma superior e considerando que o regimento é omissivo em  
46 determinados pontos, o Conselho tem competência para deliberar e suprir tais lacunas. O  
47 **Conselheiro Sebastião Júnior** solicitou a palavra para esclarecer os apontamentos trazidos pela  
48 conselheira Edelma. Reiterou a legitimidade da preocupação da Secretaria de Estado de Saúde,  
49 especialmente por envolver os gestores que integram o Colegiado. Destacou a importância da

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES/MS**  
**10 DE ABRIL DE 2025**

50 condução serena e responsável das discussões relacionadas ao processo eleitoral e reafirmou que  
51 a Mesa Diretora tem atuado em conformidade com as normas vigentes. Esclareceu que o trâmite  
52 da lei na Assembleia Legislativa e, posteriormente, junto à gestão, demandou tempo considerável.  
53 A Mesa Diretora, inclusive, desde dezembro de 2024, tem cobrado agilidade na publicação da  
54 legislação, o que somente ocorreu em fevereiro de 2025, resultando em prazos bastante curtos para  
55 os encaminhamentos subsequentes. Informou ainda que, na última reunião extraordinária, houve  
56 tentativa de antecipação dos debates por meio da apresentação de um esboço do edital, razão pela  
57 qual se sugeriu a convocação desta nova reunião extraordinária. No entanto, a publicação da  
58 composição da comissão eleitoral não foi realizada a tempo, inviabilizando a apresentação de  
59 proposta de edital nesta data. Finalizou destacando que, caso a publicação da comissão tivesse  
60 ocorrido prontamente, os trabalhos teriam avançado. Em razão disso, considera-se justificada a  
61 ausência do referido documento nesta reunião, sendo importante registrar em ata as tratativas e  
62 justificativas apresentadas pela Mesa Diretora quanto aos trâmites legais e operacionais realizados  
63 até o momento. A **Conselheira Cleonice** ressaltou que, na reunião plenária anterior, foi aprovada  
64 a realização de reunião extraordinária com a finalidade de aprovação do Regimento Interno e da  
65 composição da Comissão Eleitoral, para que se pudesse publicar urgentemente a deliberação e  
66 iniciar os trabalhos de elaboração do edital. Destacou que essa solicitação vinha sendo feita pela  
67 Comissão de Legislação e Normas desde o ano anterior, e propôs o retorno à pauta do dia. A  
68 **conselheira Edelma** complementou, esclarecendo que, conforme a publicação da deliberação no  
69 Diário Oficial, o pleno aprovou a realização da referida reunião extraordinária, com a finalidade  
70 específica de apreciação do Regimento Interno, do edital do processo eleitoral e da composição da  
71 comissão responsável por elaborar o edital. Informou que, na ocasião, questionou como seria  
72 possível construir o edital sem a devida comissão, o que levou à retomada do tema e à aprovação  
73 da deliberação que instituiu a Comissão Eleitoral. O **conselheiro Ricardo Bueno** considerou que  
74 a justificativa havia sido dada e afirmou que, apesar de valorizar os debates, há momentos em que  
75 a burocracia e a lentidão processual dificultam os encaminhamentos. Defendeu a realização de  
76 reunião virtual da Comissão Eleitoral, e solicitou à servidora Lívia que disponibilizasse, até o dia  
77 seguinte, o modelo nacional de edital utilizado nas comissões eleitorais do controle social.  
78 Destacou que o modelo já está consolidado, bastando sua adequação ao contexto do Estado de  
79 Mato Grosso do Sul. Sugeriu que a comissão se reunisse virtualmente na segunda-feira à tarde, ou  
80 até terça-feira, tendo em vista o feriado da semana seguinte, para discutir as adaptações necessárias  
81 e, após consenso, encaminhar a minuta para publicação ad referendum. Justificou a urgência da  
82 publicação devido à cobrança do Ministério Público e informou que oficiará a promotoria, na  
83 segunda-feira, comunicando a composição da Comissão Eleitoral e seu papel no processo.  
84 Reiterou que não tem intenção de prorrogar seu mandato e pediu o comprometimento dos membros  
85 da comissão para viabilizar os encaminhamentos. Finalizou solicitando que a servidora Lívia envie  
86 o modelo de edital a todos os membros e que o conselheiro Júnior auxilie tecnicamente na  
87 condução da reunião. A **conselheira Cleonice** leu o texto do Regimento Interno, destacando a  
88 alteração **no artigo 1º**, que passou a incluir a Lei nº 6.217/2024, mantendo-se o restante do texto  
89 conforme a versão aprovada em fevereiro de 2023. Foi registrada a inclusão do inciso VI no artigo  
90 5º, referente aos Conselhos Locais de Saúde dos Hospitais Regionais, com a consequente  
91 reordenação dos demais incisos. Durante a leitura do artigo 6º, a **conselheira Edelma** solicitou  
92 destaque para esclarecer que há diversos hospitais regionais e sugeriu que a redação identifique  
93 que se trata dos hospitais estaduais, cuja gestão é de responsabilidade do Estado e, portanto, sob  
94 atribuição do Conselho Estadual de Saúde. A **conselheira Cleonice** concordou e sugeriu a  
95 expressão “dos Hospitais Regionais Estaduais” para maior precisão, registrando que essa  
96 especificação será incorporada. Em relação ao artigo 6º, foi apresentada a redação: “O plenário  
97 do Conselho de Saúde, órgão máximo, é composto por 24 membros titulares e igual número de  
98 suplentes, nomeados por decreto do governador, com mandato de três anos, permitida a

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES/MS**  
**10 DE ABRIL DE 2025**

recondução”. A conselheira esclareceu que essa redação apresenta a alteração recentemente incluída, que acrescenta a expressão “*nomeados por decreto do governador*”, a qual não constava anteriormente antes era apenas “*permitida a recondução*”. Foi destacado que o inciso I, que trata dos 50% da representação dos usuários, permanece inalterado. A modificação está apenas no inciso III: “*25% da representação do governo é de prestadores de serviços privados conveniados ou sem fins lucrativos.*” Sobre os parágrafos do artigo: *parágrafo 1º*: “A representação do governo, de que trata o inciso III do caput deste artigo, será: Representação dos gestores municipais, por indicação do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS; Representação dos gestores estaduais da SES, por indicação do secretário de Estado de Saúde.” *Parágrafo 2º*: “A representação das entidades de prestadores de serviços de saúde privados conveniados ou sem fins lucrativos, de que trata o inciso III do caput deste artigo, será selecionada por meio de processo eleitoral.” *Parágrafo 3º*: “A representação dos usuários do Sistema Único de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos previstos neste artigo, conforme estabelece a legislação.” Na sequência, leu-se o artigo 7º: “*A substituição ou manutenção dos conselheiros que as representam poderá ocorrer a qualquer tempo, independentemente do cumprimento do mandato, e o substituto deverá completar o respectivo mandato.*” A **conselheira Edelma** solicitou destaque nesse ponto, afirmando que a redação estava confusa e de difícil compreensão. A **conselheira Cleonice** comentou que essa redação já constava no regimento anterior, com a formulação: “*A substituição ou a manutenção do conselheiro, até concluir o mandato.*” Orientou que o destaque fosse mantido para posterior revisão. Acrescentou que o gestor pode indicar outro representante, e esclareceu que não se tratava apenas de conselheiros do segmento de usuários. Ressaltou que a substituição poderia ocorrer em qualquer segmento, a qualquer tempo, independentemente do cumprimento do mandato, sugerindo que talvez estivesse faltando uma palavra para tornar o texto mais claro. Defendeu a manutenção do destaque para aprimoramento da redação e reiterou que o artigo já constava no regimento anterior da mesma forma. A **conselheira Edelma** questionou se o substituto mencionado seria o suplente eleito. A **conselheira Cleonice** respondeu que não necessariamente: explicou que, no caso de sua saída, sua entidade teria o direito de indicar outro representante, tratando-se, assim, de uma substituição por parte da entidade. A **conselheira Edelma** insistiu que, considerando que haverá um processo eleitoral com definição de titulares e suplentes, o suplente deveria assumir a titularidade no caso de saída do titular. Perguntou, então, quem seria esse substituto mencionado no artigo. A **conselheira Cleonice** reforçou que se trata de substituição no âmbito do plenário, mas que a entidade tem o direito de indicar novo nome, conforme as regras do processo eleitoral. A **conselheira Edelma** contestou, argumentando que se trata de um processo eleitoral e, portanto, apenas os eleitos devem compor o colegiado. “Quem não está eleito, não faz parte”. A **conselheira Cleonice** rebateu, dizendo que essa não é a prática adotada nos editais anteriores, e que tem experiência de dois mandatos participando da organização desses processos. O **conselheiro Sebastião Júnior** interveio para esclarecer: “Edelma, é o seguinte: nós vamos eleger entidades, não pessoas. Então, se eu sair da entidade, o mandato continua sendo da entidade. É dela o mandato.” A **conselheira Cleonice** complementou dizendo que já havia mencionado isso na parte da manhã, reforçando que este é o primeiro processo eleitoral nesse formato, e que ainda não se tem clareza total sobre como ele será conduzido. A **conselheira Edelma** acrescentou outro questionamento: “Vamos fazer um processo eleitoral das entidades. Se o Caio é eleito, mas o nome dele não aparece porque quem concorreu foi a entidade, e ele, por exemplo, não pode assumir por ter ‘ficha suja’, a entidade continua com a vaga e sua respectiva suplência?” A **conselheira Cleonice** respondeu que essa situação está prevista no final do regimento, em um item específico sobre o processo eleitoral. Em seguida, indagou se os presentes achavam melhor modificar ou manter esse ponto. O **conselheiro Ricardo Bueno** comentou: É igual ao nacional. Aquela vaga, naquela eleição, ficou para o Conselho de Farmácia. Ficou para o MST. A **Conselheira Cleonice**: Artigo 8º: “O plenário é

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES/MS**  
**10 DE ABRIL DE 2025**

presidido pelo presidente." Não houve alteração neste item. Contudo, há um trecho seguinte que precisa ser revisto. O correto seria: "Cumprido o mandato, o substituto deverá complementar o respectivo mandato da Mesa Diretora." Verifica-se ausência de pontuação adequada. Falta uma vírgula. Artigo 9º: "A Mesa Diretora é o órgão operacional, eleita paritariamente." Neste ponto, não houve alteração de conteúdo. §1º: "O mandato dos membros da Mesa Diretora é de três anos, permitida uma nomeação." No regimento anterior constava: "recondução para o mandato subsequente". Essa redação foi modificada para atender ao Decreto, passando a constar: "por igual período, podendo apenas o conselheiro titular candidatar-se à Mesa Diretora do Conselho, indicado pelo seu respectivo segmento." No que se refere às comissões permanentes: anteriormente, no regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2023, havíamos promovido a unificação das comissões. Todavia, por deliberação deste colegiado, optou-se pelo retorno da divisão, ou seja, voltamos a ter as comissões de Orçamento, Plano, entre outras, de forma separada. Ressalte-se que as competências não sofreram alterações. Artigo 23, que trata dos Conselhos Locais dos Hospitais Regionais Solicito que seja feita a leitura dos artigos 23 e 24. Antes disso, cabe observar que, no artigo 21, talvez devêssemos incluir um complemento, visto que se trata de diretrizes da coordenação de plenária. No artigo 21 há um equívoco de leitura. Não se trata de "aprovar a diretriz", e sim de "a cada microrregião". Leiam com atenção. O **conselheiro Ricardo Bueno**: Ressalta que não será permitida reabertura de discussão sobre trechos que não sofreram alteração desde 2023. Devemos nos ater exclusivamente às modificações propostas. Correções pontuais de redação poderão ser feitas em momento oportuno. A **conselheira Cleonice** prosseguiu a análise dos dispositivos e solicitou ao Conselheiro Ricardo Bueno que procedesse com a leitura dos artigos 23 e 24. O conselheiro Ricardo Bueno realizou a leitura do Artigo 23, que dispõe: "Os Conselhos Locais de Saúde dos Hospitais Regionais serão regidos por regulamento interno, elaborado pelos membros do CLSHR e aprovado pelo plenário do Conselho Estadual de Saúde, com número de membros titulares e suplentes definidos de modo a garantir a representatividade dos setores da sociedade civil, do governo, dos prestadores de serviço e dos trabalhadores." A **conselheira Cleonice** propôs o acréscimo da expressão "barra estadual", conforme sugestão anterior da Conselheira Edelma. O **conselheiro Ricardo Bueno** procedeu à leitura do Artigo 24, que estabelece: "Os Conselhos Locais de Saúde dos Hospitais Regionais exercerão suas atividades em caráter permanente, normativo e fiscalizador, na condição de órgão colegiado subordinado ao Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul." O **Conselheiro Ricardo Bueno** informou, ainda, que o Artigo 28, inciso II, apresenta um equívoco de concordância. Onde se lê "as reuniões do GT", o correto seria "dos GTs", no plural, observou que no mesmo artigo consta o seguinte trecho: "o GT para ser encaminhado ao plenário e à mesa." Para fins de clareza e coerência, sugeriu a inversão da ordem para: "à mesa e ao plenário." A **conselheira Cleonice** questionou: "Trata-se da posse da Mesa Diretora?" O **conselheiro Ricardo Bueno** confirmou que o trecho em questão se refere à Mesa Diretora do Conselho. Contudo, ponderou que, se o dispositivo não trata diretamente da posse, o tema poderá ser retomado oportunamente, quando do exame do artigo correspondente. A **conselheira Cleonice** ao buscar o artigo que trata especificamente da posse, esclareceu que o regimento prevê a investidura dos conselheiros perante o presidente da Mesa Diretora. Contudo, em virtude de recente alteração no Decreto correspondente, passou a constar que a posse da própria Mesa Diretora deverá ser conferida pelo Secretário de Estado de Saúde. Em razão dessa divergência, informou que a Comissão já havia solicitado, na reunião anterior, a devida atualização do texto regimental. Destacou que, nesse aspecto, o regimento não está propriamente equivocado, mas desatualizado em decorrência da nova redação normativa. Ressaltou que não parece coerente que os conselheiros tomem posse perante a Mesa Diretora, enquanto esta, por sua vez, deva ser empossada por autoridade externa ao Conselho, o que compromete a lógica institucional. Informou, ainda, que as alterações promovidas nos artigos 66 e 69 referem-se unicamente à renumeração e à correção de remissões internas, não demandando deliberação

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES/MS**  
**10 DE ABRIL DE 2025**

específica. Diante disso, propôs o prosseguimento da leitura, agora voltando-se à seção referente ao processo eleitoral, com especial atenção à Comissão Eleitoral. Sugeriu a análise da redação aprovada em 2023, com o objetivo de verificar sua conformidade com a legislação vigente. Solicitou, portanto, que a leitura do artigo 81 fosse feita com atenção, a fim de validar o conteúdo atual e assegurar que todos os segmentos estejam devidamente contemplados e em consonância.

O **conselheiro Ricardo Bueno** manifestou discordância, afirmando que a Comissão já havia deliberado sobre o assunto anteriormente. A **conselheira Cleonice** declarou que submeteria à deliberação do plenário a não concordância. O **conselheiro Ricardo Bueno** prosseguiu realizando a leitura e explicação dos dispositivos regimentais que tratam do processo eleitoral das entidades e movimentos sociais representativos de usuários do SUS, trabalhadores da saúde e prestadores de serviços de saúde privados, conveniados ou sem fins lucrativos, que irão compor o Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul. Destacou que: *A eleição será coordenada por uma comissão eleitoral. A escolha dessas entidades ocorrerá por meio de processo eleitoral a cada três anos. Os prazos para cadastramento das entidades, publicação das habilitadas, bem como o período para apresentação de recursos, deverão obedecer ao edital elaborado pela comissão eleitoral e aprovado em plenário. A cada eleição, os segmentos poderão promover a renovação de, no mínimo, 30% de suas representações. A representação dos segmentos deve ser distinta e autônoma entre si. É vedada a representação por profissional que ocupe cargo de direção ou confiança na gestão do SUS, ou que integre entidades que recebam recursos públicos das esferas federal, estadual ou municipal, como representante dos segmentos de usuários ou trabalhadores. Não é permitida a duplicidade de representações de uma mesma entidade dentro de seu segmento. O processo eleitoral deverá ser iniciado até 90 dias antes do término do mandato dos conselheiros em exercício, conforme edital de convocação aprovado pelo plenário e publicado em forma de resolução no Diário Oficial do Estado.*

O **conselheiro Ricardo Bueno** questionou os presentes se agora entendem por que, às vezes, é necessário publicar ad referendum? ”. A **conselheira Cleonice** complementou, mencionando que, de fato, o prazo máximo é de até 90 dias e que chegaram a cogitar uma alteração, mas reconsideraram ao lembrar que o Regimento não se aplicaria apenas ao processo atual. O **conselheiro Ricardo Bueno** reforçou que, conforme ponderação de Sebastião Júnior, a justificativa seria incluída, e a publicação ad referendum seria realizada conforme necessário. A **conselheira Edelma** manifestou questionamento quanto ao prazo de 90 dias, por entender que esse período não seria exequível para a Comissão Eleitoral nem compatível com o tempo restante de mandato. A **conselheira Cleonice** dirigiu-se à conselheira Edelma, reiterando o destaque em relação ao referido prazo e reforçando a preocupação com a limitação temporal para a atuação da Comissão. Acrescentou, ainda, que houve sugestão de alteração do prazo durante as discussões, mas optou-se pela manutenção do texto original, considerando que o Regimento será aplicado em processos eleitorais futuros. A **conselheira Maria Antônia** questionou se, ao mencionar entidades que recebem recursos das esferas federal, estadual ou municipal, não deveria ser especificado que se trata de entidades da área da saúde, citando como exemplo uma entidade da assistência social. O **conselheiro Ricardo Bueno** esclareceu que o texto se referia à Seguridade Social, e não apenas à área da saúde, reafirmando que a redação apresentada é aquela contida na Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O **conselheiro Ricardo Bueno** pontuou: “O SUS não se restringe à saúde; é parte da Seguridade Social. Se for necessário especificar, que se utilize o termo 'Seguridade Social'”. O **conselheiro Sebastião Júnior** observou que a Resolução nº 453/2012 veda a participação de entidades que recebem recursos do Fundo de Saúde, sendo esse o ponto central da norma. Solicitou, portanto, que se mantenha a redação conforme estabelecido na Resolução: “recursos oriundos do Fundo de Saúde”. O **conselheiro Ricardo Bueno** concordou, recomendando que fosse ajustada a redação, substituindo a expressão “recursos públicos” por “recursos oriundos dos Fundos de Saúde”. O **conselheiro Evanilson** solicitou esclarecimentos sobre os critérios de elegibilidade das entidades, questionando quem poderá concorrer ao processo.

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES/MS**  
**10 DE ABRIL DE 2025**

246 Utilizou como exemplo sua própria representação, oriunda do Fórum de Usuários e vinculada a  
247 um sindicato. Indagou se haveria obrigatoriedade de a entidade possuir abrangência estadual,  
248 conforme mencionado anteriormente. O **conselheiro Ricardo Bueno** pontuou que, atualmente, as  
249 entidades devem ser de âmbito estadual. Explicou que todos os sindicatos dos municípios são  
250 filiados à FETEMS, exemplificando com o caso do conselheiro Caio, vinculado ao município de  
251 Aquidauana, mas filiado à entidade estadual à qual pertence. Ressaltou que, caso o Caio deseje  
252 participar do processo pela entidade estadual, poderá fazê-lo, uma vez que a CUT, à qual está  
253 vinculado, possui abrangência estadual. Assim, independentemente da localidade de atuação, a  
254 representação é assegurada pela abrangência da entidade. Na sequência, retomou a leitura do  
255 regimento no artigo 85, destacando que o início do processo eleitoral, conforme o artigo 81, para  
256 escolha das entidades que indicarão representantes em substituição aos membros atuais do  
257 Conselho, deverá ocorrer em até 90 dias. Lembrou que essa parte já havia sido lida anteriormente  
258 e passou à leitura do parágrafo único, o qual determina que, concluída a eleição e nomeados os  
259 novos representantes, caberá ao presidente do Conselho convocar e presidir reunião de posse dos  
260 conselheiros, bem como conduzir a eleição da Mesa Diretora. Foi destacada a composição da  
261 Comissão Eleitoral, que deverá contar com oito membros indicados pelos respectivos segmentos,  
262 a saber: quatro representantes do segmento dos usuários, dois representantes dos trabalhadores da  
263 saúde e dois representantes dos gestores ou prestadores de serviços. Nesse ponto, o conselheiro O  
264 **conselheiro Ricardo Bueno** questionou se a aprovação da Comissão deve ser feita pelo Pleno do  
265 Conselho, concluindo, que a terminologia "Pleno" e "Conselho" referem-se à mesma instância  
266 deliberativa. Acrescentou que as entidades e os movimentos sociais que indicarem representantes  
267 para compor a Comissão Eleitoral serão consideradas aptas a participar do processo. Ressaltou,  
268 ainda, que os membros da Comissão Eleitoral não poderão ser elegíveis, sendo-lhes assegurado  
269 apenas o direito ao voto no processo. Explicou que a Comissão tem caráter temporário, sendo  
270 automaticamente desfeita após a conclusão do processo eleitoral. Destacou que a Comissão  
271 Eleitoral deverá eleger, em sua primeira reunião, um coordenador e um relator. A composição da  
272 Comissão deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, divulgada no  
273 site do Conselho e afixada na Secretaria Executiva. Informou-se que a cada três anos uma nova  
274 Comissão será constituída. As atribuições da Comissão Eleitoral incluem: elaboração do edital de  
275 convocação, condução e supervisão de todas as etapas do processo eleitoral, deliberação em última  
276 instância sobre questões relativas ao processo, divulgação pública das candidaturas inscritas,  
277 solicitação dos recursos necessários ao Conselho, instrução, qualificação e julgamento das  
278 candidaturas, apuração dos votos e proclamação dos resultados. A **conselheira Cleonice** solicitou  
279 atenção quanto à distinção entre o regimento interno e o regulamento interno. Lembrou que, no  
280 regimento anterior, a regulação das comissões intersetoriais e da coordenação de plenárias estava  
281 prevista em regimento interno, mas foi substituída por regulamento interno. A alteração encontra-  
282 se no artigo 17, que trata das comissões intersetoriais, as quais possuem caráter consultivo e têm  
283 por finalidade participar da formulação e acompanhamento da política de saúde, emitindo  
284 pareceres. O parágrafo primeiro desse artigo estabelece que as comissões serão regidas por  
285 regulamento interno aprovado pelo Pleno. Destacou-se que essa foi uma das alterações realizadas,  
286 além da definição de que a data de vigência do novo regimento será a mesma da data da plenária  
287 em que foi aprovado. O **conselheiro Ricardo Bueno** confirmou o encerramento da leitura das  
288 alterações e lembrou aos membros da Comissão Eleitoral que, na próxima segunda-feira, deverão  
289 eleger o coordenador e o relator. Registrou, com tom de descontração, que havia consenso na  
290 aprovação e celebrou a conclusão dos trabalhos. A **conselheira Maria Antônia** sugeriu alteração  
291 na redação do artigo 21, que menciona a existência de um coordenador por microrregião, em  
292 conformidade com diretrizes aprovadas em 5 de abril de 2013. Considerando que a nomenclatura  
293 de “microrregião” já não é mais utilizada e que novas diretrizes poderão ser publicadas, propôs  
294 acrescentar, ao final do texto, a expressão: “ou conforme documento posterior que venha a

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**35ª REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CES/MS**  
**10 DE ABRIL DE 2025**

295 substituí-las”, para garantir a adequação ao novo contexto regional. Por fim, o **conselheiro**  
296 **Ricardo Bueno** convocou os conselheiros presentes para a deliberação, reforçando que o edital  
297 será publicado *ad referendum* e que eventuais questionamentos posteriores não serão  
298 considerados. Em seguida, submeteu à votação o texto do novo Regimento Eleitoral, o qual foi  
299 aprovado por unanimidade, sem votos contrários. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião  
300 às 12h20. Eu, Fernando, lavrei a presente ata, que será apreciada e submetida à aprovação na  
301 próxima reunião ordinária do Conselho.